



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

Recebido em: 12/08/2024

Aprovado em: 06/09/2024

Publicado em: 30/12/2024

**O NOVO LEVIATÃ: a arquitetura discursopatológica do poder,
controlando mentes e moldando destinos – redefinindo biopolítica e
necropolítica**

**THE NEW LEVIATHAN: the discoursepathological
architecture of power, controlling minds and shaping destinies –
redefining biopolitics and necropolitics**

**LA NOVA LEVIATANO: la diskurspatologia arkitekturo de potenco,
kontrolante mensojn kaj formante destinojn - redifinante biopolitikon
kaj nekropolitikon**

Adriano Menino de Macêdo Júnior¹

Miriam de Andrade Brandão²

Eulâmpio Dantas Segundo³

João Mário Pessoa Júnior⁴

Resumo

Este estudo investiga a *Arquitetura Discursopatológica do Poder*, uma forma emergente de poder na sociedade contemporânea que opera através da disseminação de discursos

¹ Farmacêutico – Epidemiologista pelo Centro Universitário Natalense (UNICEUNA); Licenciado em Letras Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Pesquisador no Grupo de Estudo do Discurso da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (GEDUERN); Especialista em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa e Estrangeira pela Faculdade Invest de Ciências e Tecnologia (INVEST).

² Mestre em Saúde da Criança e do Adolescente pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Membro do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas em Desastres (NUPED/UFRN); Professora auxiliar em Medicina de Família e Comunidade na Escola Multicampi de Ciências Médicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (EMCM/UFRN).

³ Mestrando em Saúde Coletiva na Faculdade de Medicina pela Fundação do ABC (FMABC); Professor e coordenador do internato em Saúde Mental do Curso de Medicina do Centro Universitário (UNIFIP); Professora de Psiquiatria e Saúde Mental na Escola Multicampi de Ciências Médicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (EMCM/UFRN).

⁴ Doutor em Enfermagem na Atenção à Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Docente Adjunto no Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), Departamento de Ciências da Saúde (DCS), Curso de Graduação em Medicina, Eixo de Atenção Primária à Saúde e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Cognição, Tecnologia e Instituições da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (PPGCTI/UFERSA); Docente Permanente no Programa de Mestrado e Doutorado Profissional em Saúde da Família (PPGSF); Representante titular da UFERSA na Rede Nordeste de Formação em Saúde da Família (RENASF).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

negacionistas e desinformativos. A *tese* central argumenta que esse poder redefine e amplia conceitos como biopolítica, necropolítica e estados de exceção, utilizando o discurso como ferramenta principal para o controle social e cognitivo, influenciando percepções e comportamentos, com impactos diretos na saúde pública. A metodologia adotada é o método arqueogenealógico de Foucault (1996; 2005), que combina crítica e genealogia para investigar as práticas discursivas e as relações de saber-poder que moldam a subjetividade. O estudo analisa como o discurso negacionista e desinformativo molda a realidade percebida, utilizando exemplos históricos e contemporâneos, como a desinformação sobre vacinas e a saúde de líderes políticos, que resultam em estados de exceção pessoais e questionamento da legitimidade política. O artigo conclui que a *Arquitetura Discursopatológica do Poder* representa uma evolução das formas tradicionais de controle, combinando elementos de biopoder (Foucault, 1999), necropoder (Mbembe, 2018) e estados de exceção (Agamben, 2004; 2007) para manipular percepções e realidades. Este poder é onipresente e insidioso, influenciando diretamente questões de vida e morte na sociedade contemporânea, e sua eficácia reside na capacidade de infiltrar-se nas mentes das pessoas, criando realidades alternativas que justificam medidas extremas e controle reforçado.

Palavras-chave: *Arquitetura Discursopatológica do Poder*. Discurso. Saúde Pública. Cognição.

Abstract

This study investigates the Discoursepathological Architecture of Power, an emerging form of power in contemporary society that operates through the dissemination of denialist and disinformative discourses. The central thesis argues that this power redefines and expands concepts such as biopolitics, necropolitics and states of exception, using discourse as the main tool for social and cognitive control, influencing perceptions and behaviors, with direct impacts on public health. The methodology adopted is Foucault's archaeogenealogical method (1996; 2005), which combines criticism and genealogy to investigate the discursive practices and knowledge-power relations that shape subjectivity. The study analyzes how denialist and disinformative discourse shapes perceived reality, using historical and contemporary examples, such as misinformation about vaccines and the health of political leaders, which result in personal states of exception and questioning of political legitimacy. The article concludes that the *Discoursepathological Architecture of Power* represents an evolution of traditional forms of control, combining elements of biopower (Foucault, 1999), necropower (Mbembe, 2018) and states of exception (Agamben, 2004; 2007) to manipulate perceptions and realities. This power is omnipresent and insidious, directly influencing matters of life and death in contemporary society, and its effectiveness lies in its ability to infiltrate people's minds, creating alternative realities that justify extreme measures and reinforced control.

Keywords: *Discoursepathological Architecture of Power*. Speech. Public health. Cognition.

Resumo

Ĉi tiu studo esploras la Diskurspatologian Arkitekturon de Potenco, emergantan formon de potenco en nuntempa socio kiu funkciigas per la disvastigo de neisma kaj seninformaj diskursoj. La centra tezo argumentas ke tiu potenco redifinas kaj vastigas konceptojn kiel



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

ekzemple biopolitiko, nekropolitiko kaj statoj de escepto, utiligante diskurson kiel la ĉefan ilon por socia kaj kognita kontrolo, influante perceptojn kaj kondutojn, kun rektaj efikoj al publika sano. La metodaro adoptita estas la arkeogeneologia metodo de Foucault (1996; 2005), kiu kombinas kritikon kaj genealogion por esplori la diskursivajn praktikojn kaj scio-potencajn rilatojn kiuj formas subjektivecon. La studo analizas kiel neisma kaj seninforma diskurso formas la perceptitan realecon, uzante historiajn kaj nuntempajn ekzemplojn, kiel ekzemple misinformado pri vakcinoj kaj la sano de politikaj gvidantoj, kiuj rezultigas personajn esceptajn statojn kaj pridubadon de politika legitimeco. La artikolo konkludas ke la Discursopatologia Arkitekturo de Potenco reprezentas evoluon de tradiciaj formoj de kontrolo, kombinante elementojn de biopotenco (Foucault, 1999), nekropotenco (Mbembe, 2018) kaj esceptostatoj (Agamben, 2004; 2007) por manipuli perceptojn kaj realaĵojn. Tiu ĉi potenco estas ĉiea kaj insida, rekte influante aferojn pri vivo kaj morto en la nuntempa socio, kaj ĝia efikeco kuŝas en sia kapablo enfiltri la mensojn de homoj, kreante alternativajn realaĵojn kiuj pravigas ekstremajn rimedojn kaj plifortigitan kontrolon.

Ŝlosilvortoj: Discursopatologia Arkitekturo de Potenco. Parolado. Publika sano. Sciado.

INTRODUÇÃO

No fulcro das considerações principais, como ponto axial e de maior importância, na sociedade contemporânea emerge uma nova forma de poder que pode ser denominada de *Arquitetura Discursopatológica do Poder*. A posteriori, este novo conceito refere-se a uma construção deliberada e complexa de discursos que, disseminados por figuras institucionalizadas ou não, e amplificados pela mídia tradicional e redes sociais, manipulam a realidade, distorcendo fatos e promovendo desinformação. Ulteriormente, essa nova tecnologia de poder não apenas engloba e influencia o biopoder, o necropoder e os estados de exceção, mas também opera como um sistema de controle social e cognitivo, moldando comportamentos, percepções e, em última instância, afetando questões de vida e morte. Esse novo sistema de poder manifesta-se de forma insidiosa, utilizando o discurso como sua engrenagem principal para controlar e manipular as massas. Ao distorcer fatos e propagar desinformação, este poder exerce profunda influência sobre a sociedade, incluindo líderes políticos altamente institucionalizados, como o presidente dos Estados Unidos (EUA), Joe Biden. A capacidade que essa nova hipótese de autoridade tem de afetar até mesmo essas figuras, ilustra seu alcance e poder de moldar comportamentos e percepções em escala global.

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

No continuum temporal, a propagação desses discursos é facilitada pela mídia tradicional e pelas redes sociais como assevera Macêdo Júnior (2024, p. 235-236), amplificando seu alcance e impacto.

Além disso, os veículos de transmissão do agente etiológico da infecção discursiva podem incluir mídias digitais, como plataformas de redes sociais, sites de notícias e aplicativos de mensagens instantâneas, onde os discursos negacionistas são compartilhados e difundidos rapidamente. Esses veículos facilitam a disseminação das ideias negacionistas para um grande número de pessoas em um curto período de tempo, contribuindo para a propagação da infecção discursiva na população.

Transpondo-se agora para a justificativa dessa nova teoria de poder que sucede, na área de saúde pública, a *Arquitetura Discursopatológica do Poder* tem consequências diretas e severas. Como por exemplo, discursos que desinformam sobre práticas de saúde, como a eficácia das vacinas ou a gravidade de pandemias, podem resultar em comportamentos que aumentam a morbidade e a mortalidade da população, principalmente em crises sanitárias emergentes, como epidemias e pandemias. Entender esse fenômeno é crucial para desenvolver estratégias de comunicação eficazes que combatam a desinformação e protejam a saúde pública. Do ponto de vista linguístico, a análise desse sistema discursivo de poder revela como a linguagem pode ser usada como uma ferramenta de controle e manipulação. Estudar esses discursos permite compreender as técnicas retóricas e as estratégias de persuasão utilizadas para influenciar as crenças e comportamentos das pessoas. Assim, essa análise contribui para o campo da linguística aplicada e da análise crítica do discurso.

Sob a égide da hesitação, em um campo onde a clareza ainda não se manifestou, a problemática central deste artigo foca na capacidade que essa nova manifestação de poder tem em afetar a sociedade, mesmo figuras altamente institucionalizadas, como líderes políticos. A disseminação de discursos que manipulam a percepção pública não apenas influencia comportamentos e atitudes, mas também pode ter consequências diretas sobre a saúde, vida e morte das pessoas. Nas franjas da incerteza, onde o tangível e o intangível se confundem, emerge a seguinte indagação: como a *Arquitetura Discursopatológica do Poder* atua como sistema de controle social e cognitivo, moldando



comportamentos e percepções e impactando figuras institucionalizadas, como o presidente dos EUA, Joe Biden?

Em adição às evidências aduzidas, este artigo tem como objetivo investigar e analisar essa nova dinâmica de poder, compreendendo como este novo sistema discursivo de poder, que engloba e influencia o biopoder, o necropoder e os estados de exceção, opera como um sistema de controle social e cognitivo. Será destacado como este poder afeta até mesmo figuras que detêm *status* (Foucault, 2005) institucionalizado (Foucault, 1996), como o presidente dos EUA, Joe Biden, moldando comportamentos, percepções e influenciando questões de vida e morte na sociedade contemporânea. O artigo abordará também as tentativas políticas de retirar Biden da corrida eleitoral devido a problemas de saúde, integrando as questões de controle/cuidado político, pessoal, saúde e morte, categorias de análises que são componentes essenciais e integradas à essa nova forma de poderio.

REFERENCIAL TEÓRICO

A biopolítica, conforme desenvolvida por Michel Foucault, especialmente a obra *Em defesa da sociedade* (1999), serve como base teórica essencial para a compreensão da *Arquitetura Discursopatológica do Poder*. A título de incremento, Foucault (1999) descreve a biopolítica como uma tecnologia de poder emergente no final do século XVIII, voltada para a gestão e regulamentação dos processos biológicos das populações, como natalidade, morbidade e longevidade. Diferente do poder soberano, que se exercia através do direito de vida e de morte, a biopolítica se concentra na otimização da saúde e produtividade das populações, usando medidas como campanhas de saúde pública e medicalização. Essa nova forma de poder, teorizada no presente estudo, evolui os princípios da biopolítica, utilizando o discurso como ferramenta central para exercer controle social e cognitivo. Em adendo inexorável, ao disseminar discursos negacionistas e desinformativos, ele molda percepções, comportamentos e decisões, influenciando profundamente questões de vida e morte na sociedade contemporânea.

A par de tudo, em concomitância inquebrantável, Achille Mbembe amplia os conceitos de biopoder de Foucault (1999) ao introduzir a necropolítica, focando na instrumentalização da morte como ferramenta de poder. Em *Necropolítica* (2018),



Mbembe argumenta que o poder soberano se manifesta na capacidade de decidir quem vive e quem morre, especialmente em contextos de conflito e estados de exceção. Esse sistema discursivo de poder e de controle, defendido neste artigo, expande esses princípios ao utilizar a manipulação narrativa para exercer domínio sobre a morte. À guisa de prosseguimento, ao disseminar desinformação e narrativas distorcidas esse novo sistema de poder pode influenciar decisões que levam à morte, seja por ações diretas ou omissão, particularmente em contextos de saúde pública, ampliando o escopo da necropolítica para o controle social e cognitivo em escala global.

A par de tudo, o conceito de estado de exceção, explorado por Carl Schmitt e Giorgio Agamben, também é central na análise dessa nova concepção de poder discursivo aqui elencada. Schmitt, em suas obras *A crise da democracia parlamentar* (1996) e *La dictadura* (2007), define o Estado de Exceção como a capacidade soberana de suspender a norma jurídica em situações emergenciais, criando uma nova ordem. Agamben, por sua vez, em suas obras *Estado de exceção* (2004) e *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua* (2007), expande essa ideia, argumentando que o Estado de Exceção provoca uma fusão entre a vida natural e a vida política, dando ao soberano o poder de decidir sobre a vida e a morte. Sob influxo suplementar, a *Arquitetura Discursopatológica do Poder* se apropria desse conceito ao utilizar a manipulação discursiva para criar crises fabricadas ou exacerbadas, justificando intervenções governamentais drásticas que beneficiam interesses específicos. Assim, utiliza o discurso para suspender a normalidade e instaurar uma nova ordem, mantendo um estado de exceção contínuo, ou individual, que permite o exercício de controle extremo sobre a sociedade.

BIOPOLÍTICA: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA PARA A ARQUITETURA DISCURSOPATOLÓGICA DO PODER

A biopolítica, conforme discutida por Michel Foucault, em sua obra *Em defesa da sociedade* (1999), representa uma tecnologia/dispositivo de poder que emergiu no final do século XVIII, focando-se em processos vitais como natalidade, morbidade e longevidade das populações. Cumulativamente, Foucault (1999) descreve a biopolítica como um conjunto de processos que incluem a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução e a fecundidade de uma população. Estes processos, juntamente com

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

questões econômicas e políticas, tornaram-se os primeiros objetos de saber e alvos de controle dispositivo Biopoder. À vista disso, Foucault (1999, p. 289) afirma que a biopolítica

[...] trata-se de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de urna população etc. São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente na segunda metade do século XVIII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos (os quais não retorno agora), constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica.

Conforme já ventilado em premissas pregressas, Foucault (1999) argumenta que essa nova forma de poder se diferencia do poder soberano, que se manifestava pelo direito de vida e de morte, ao focar-se na gestão da vida e na regulamentação dos processos biológicos. À luz do encadeamento irrefutável, a biopolítica se propõe a intervir não em fenômenos individuais, mas nos processos globais que determinam a saúde e a vida de populações inteiras. Isso inclui a introdução de medidas de higiene pública, campanhas de saúde e a medicalização da população, visando diminuir a morbidade e aumentar a longevidade. Com base nessas afirmativas, Foucault (1999, p. 293) corrobora:

[...] Não é exatamente com a sociedade que se lida nessa nova tecnologia de poder (ou, enfim, com o corpo social tal como o definem os juristas); não e tampouco com o indivíduo-corpo. É um novo corpo: corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável. É a noção de “população”. A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder, acho que aparece nesse momento.

Em consonância com a assertiva prévia, Foucault (1999) também discute como a biopolítica se manifesta na centralização da informação médica, na normalização do saber e na implementação de campanhas de aprendizado da higiene. Outrossim, é a importância de instituições de assistência e de mecanismos racionais e econômicos, como seguros e poupança coletiva, surge para lidar com os desafios da saúde pública, consoante destaca Foucault (1999, p. 291),

[...] a doença como fenômeno de população: não mais como a morte que se abate brutalmente sobre a vida – e a epidemia – mas como a morte permanente,

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

que se introduz sorrateiramente na vida, a corrói perpetuamente, a diminui e a enfraquece.

Tal como anteriormente esboçado, a biopolítica, portanto, introduz uma nova dimensão de poder que se preocupa em “fazer viver” ao invés de simplesmente “deixar morrer”, como era de costume e imposto no período do Renascimento. Dessa forma, este poder de regulamentação visa estabelecer uma homeostase⁵ na população, otimizando os processos biológicos e assegurando um estado de vida equilibrado e seguro. Ainda assim, Foucault (1999, p. 295) corrobora:

Aquém, portanto, do grande poder absoluto, dramático, sombrio que era o poder da soberania, e que consistia em poder fazer morrer, eis que aparece agora, com essa tecnologia do biopoder, com essa tecnologia do poder sobre a “população” enquanto tal, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é o poder de “fazer viver”. A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e em deixar morrer.

De acordo com o que foi discorrido alhures, integrando esta seção de fundamentação teórica a uma nova concepção de poder, esta inovação de engenharia de controle pode ser compreendida como uma evolução e amplificação dos princípios da biopolítica. Simetricamente alinhado, enquanto esse dispositivo observado por Foucault (1999) se concentra na gestão da vida e saúde das populações, a *Arquitetura Discursopatológica do Poder* utiliza o discurso como uma ferramenta central para exercer controle social e cognitivo. Em confluência ascendente, através da disseminação de discursos negacionistas, terroristas e desinformativos, este novo poder molda percepções, comportamentos e decisões, influenciando profundamente a sociedade. Outrossim, cumpre destacar que este artigo propõe que a nova forma de poder constatada engloba e influencia não apenas o biopoder, mas também o necropoder e os estados de exceção,

⁵ Homeostase é o termo utilizado para descrever a capacidade de um organismo ou sistema biológico de manter a estabilidade interna, ou um equilíbrio dinâmico, frente às variações externas ou internas. Essa estabilidade é alcançada através de uma série de processos de regulação que compensam as mudanças no ambiente, permitindo que o organismo funcione de maneira eficiente e saudável. No contexto biológico, a homeostase envolve a regulação de fatores como temperatura corporal, pH do sangue, níveis de glicose, entre outros. Esses processos são controlados por mecanismos de feedback, que detectam variações e acionam respostas corretivas para restaurar o equilíbrio. O conceito de homeostase pode ser aplicado também em contextos sociais ou psicológicos, referindo-se à manutenção da estabilidade e do equilíbrio em sistemas complexos, como grupos sociais ou o comportamento individual, em resposta a mudanças e pressões externas (Brito; Haddad, 2017).

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

operando como um sistema complexo de controle. Ao manipular a realidade e criar narrativas distorcidas, o discurso se torna uma engrenagem poderosa para controlar mentes e vidas, impactando até mesmo figuras institucionalizadas como o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden.

À guisa de prosseguimento, ao desenvolver o conceito de biopolítica, Foucault (1999) destaca que a saúde da população é um aspecto crucial não apenas para o bem-estar social, mas também para a eficiência econômica do Estado. No âmago da lógica consequencial, a biopolítica se preocupa com a gestão da vida das populações, vendo-as como um recurso que deve ser otimizado para o desenvolvimento econômico. Dessa forma, políticas de saúde pública, higiene, e controle de doenças não são apenas medidas sanitárias, mas também estratégias econômicas para garantir uma população saudável e produtiva. Simultaneamente, à medida que novos elementos se agregam, Foucault (1999) argumenta que a biopolítica envolve a inserção dos fenômenos vitais próprios da espécie humana no domínio de cálculos explícitos, transformando a vida e a saúde da população em objetos de intervenção estatal e planejamento econômico. Dessa forma, ele descreve como a biopolítica lida com a população, transformando-a em um problema político e científico, que deve ser regulado e controlado para garantir a prosperidade do Estado.

Vocês estão vendo que são fenômenos coletivos, que se aparecem com seus efeitos econômicos e políticos, que se tornam pertinentes no nível da massa. São fenômenos aleatórios e imprevisíveis, se os tomarmos neles mesmos, individualmente, mas que apresentam, no plano coletivo, constantes que é fácil, ou em todo caso possível, estabelecer. E, enfim, são fenômenos que se desenvolvem essencialmente na duração, que devem ser considerados num certo limite de tempo relativamente longo; são fenômenos de serie. A biopolítica vai se dirigir, em suma, aos acontecimentos aleatórios que ocorrem numa população considerada em sua duração (Foucault, 1999, p. 293).

Em consonância com o que foi previamente discutido por Foucault (1999), essa nova forma de controle discursivo também se integra com os aspectos econômicos. Dessa forma, a manipulação discursiva pode influenciar mercados, políticas públicas e até decisões de investimentos, baseando-se na construção de realidades que favorecem determinados interesses econômicos e políticos. Sob auspícios de paridade, é válido acrescentar, ainda, que este novo poder, que aqui discutimos, expande os princípios da biopolítica, incorporando a manipulação discursiva como uma engrenagem principal para

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

exercer controle social e cognitivo. Enquanto a biopolítica se concentra na gestão da vida e saúde das populações, essa estrutura discursiva utiliza o discurso para moldar percepções, comportamentos e decisões, influenciando a sociedade de maneira profunda.

Em adendo inexorável, para o incremento irrefutável, Foucault (1999, p. 295) menciona que o biopoder transforma a morte em um evento privado e regulado, diferentemente do poder soberano que exibia a morte como um símbolo de poder. No contexto dessa nova forma de poder proposta, o discurso manipula a percepção da realidade, criando narrativas que influenciam a vida e a morte, como exemplificado na campanha de desinformação sobre a saúde do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden: “a soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder [...] que consiste ao contrário em fazer viver e em deixar morrer.”

NECROPOLÍTICA E A ARQUITETURA DISCURSOPATOLÓGICA DO PODER

Por equivalência paradigmática, é essencial reconhecer que Achille Mbembe, em sua obra *Necropolítica*, amplia os conceitos de biopoder introduzidos por Foucault, destacando a capacidade do poder soberano de decidir sobre a vida e a morte. Segundo Mbembe (2018), o poder soberano se manifesta essencialmente através da capacidade de determinar quem pode viver e quem deve morrer. Em função *sine qua non*, esta capacidade é exercida através de políticas de morte que são implementadas em estados de exceção e situações de conflito, onde a violência e a exclusão se tornam instrumentos centrais de controle, conforme destaca o filósofo camaronês:

[...] a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder (Mbembe, 2018, p. 5).

Revisitando o pensamento anteriormente formulado, Mbembe (2018) argumenta que a necropolítica é uma extensão lógica do biopoder, enfocando a instrumentalização da morte e o controle das populações através da violência. Ele descreve como a soberania moderna frequentemente utiliza a morte como uma ferramenta para exercer poder,

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

particularmente em contextos de guerra e conflito. Ainda assim, Mbembe (2018, p. 8) acrescenta a seguinte ideia/*tese*:

Minha preocupação é com aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações”. Tais formas da soberania estão longe de ser um pedaço de insanidade prodigiosa ou uma expressão de alguma ruptura entre os impulsos e interesses do corpo e da mente. De fato, tal como os campos da morte, são elas que constituem o *nomos* do espaço político em que ainda vivemos. Além disso, experiências contemporâneas de destruição humana sugerem que é possível desenvolver uma leitura da política, da soberania e do sujeito, diferente daquela que herdamos do discurso filosófico da modernidade.

À luz de uma sequência lógica implacável, em consonância com o que foi previamente discutido por Mbembe (2018), a *Arquitetura Discursopatológica do Poder* pode ser compreendida como uma evolução desses princípios, incorporando a manipulação discursiva dessa nova concepção de poder que se manifesta por meio do discursos para o controle social e cognitivo. Este novo sistema de poder utiliza o discurso para criar realidades que favorecem determinados interesses econômicos e políticos, manipulando a opinião pública e os fatos de maneira que beneficia aqueles no controle. A disseminação de discursos negacionistas e desinformativos não apenas molda percepções e comportamentos, mas também pode ter consequências diretas sobre a vida e a morte. De igual modo, é relevante mencionar, outrossim, que essa estratégia discursiva expande o necropoder ao usar o discurso como um meio para exercer controle sobre a morte. Enquanto a necropolítica de Mbembe (2018) enfoca a instrumentalização da morte através da violência direta e da guerra, essa nova forma de domínio utiliza a desinformação e a manipulação narrativa para influenciar decisões que podem levar à morte.

Além disso, exemplos incluem a disseminação de informações falsas sobre a eficácia de vacinas ou sobre a gravidade de pandemias, resultando em mortes que poderiam ser evitadas, como assevera Mbembe (2018, p. 5):

[...] a guerra, afinal, é tanto um meio de alcançar a soberania como uma forma de exercer o direito de matar. Se consideramos a política uma forma de guerra, devemos perguntar: que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano (em especial o corpo ferido ou massacrado)?



Nesse sentido, em conformidade com o que se vem defendendo, nessa nova engenharia de poder, a saber *Arquitetura Discursopatológica do Poder*, o estado de exceção pode ser discursivamente construído para justificar ações que resultam em mortes, sejam estas diretas ou indiretas. A manipulação discursiva pode levar a um estado de exceção, no qual as práticas inadequadas de saúde pública são justificadas e implementadas, aumentando a mortalidade.

No interstício temporal, se considerarmos a atuação histórica desse novo poder que se consolida, podemos identificar exemplos claros em períodos passados, particularmente no século XX, que corroboram a conjectura aqui defendida. Um caso notável é o de Getúlio Vargas, presidente do Brasil, que, sob a pressão extrema exercida por uma campanha intensa de desinformação e ataques, acabou por cometer suicídio em 1954. A constante manipulação discursiva criou um ambiente insustentável, que influenciou diretamente sua trágica decisão, demonstrando o impacto devastador que a *Arquitetura Discursopatológica do Poder* pode ter sobre figuras tanto institucionalizadas quanto não institucionalizadas.

Além de figuras políticas, cidadãos comuns também podem ser vítimas dessa nova suposição de poder que se solidifica no presente estudo. Sob as luzes da infalibilidade, a desinformação sobre tratamentos médicos e vacinas, por exemplo, pode levar à morte de indivíduos que, de outra forma, teriam seguido orientações corretas de saúde pública. A criação de narrativas falsas e a disseminação de desinformação podem resultar em decisões que afetam diretamente a saúde e a vida das pessoas. Com base no que foi dito, suscitamos aqui a *tese* dos pesquisadores Macêdo Júnior, Aguiar Ferreira, Barreira Danziato, Gurgel Câmara e Rangel Soares (2023, p. 573), que inseriram o discurso como grave problema de saúde pública em contextos pandêmicos:

as considerações finais deste estudo convergem para uma assertiva central: o discurso negacionista proferido pelo ex-Presidente Bolsonaro, com sua política de morte [...] ou deixar morrer [...], desempenhou um papel crucial como uma variante influenciadora no expressivo quantitativo de mortes durante a pandemia da COVID-19 no Brasil.



Como epítome final, com base no pressupostos do autores supramencionados (2023, p. 573), o discurso atua como variante epidemiológica de qualquer doença infectocontagiosa, em situações de crises sanitárias, como, surtos, endemias, epidemias e pandemias. Destarte, a análise da necropolítica de Achille Mbembe fornece uma base sólida para compreender a *Arquitetura Discursopatológica do Poder* e seu impacto mortal. Este sistema de poder continua a tradição de gestão da vida e da morte introduzida pela biopolítica e necropolítica, mas amplia seu alcance através do controle discursivo. Além do mais, em sincronia evolutiva, é manipulando a realidade e criando narrativas distorcidas, que o discurso se torna uma ferramenta central para exercer controle social e cognitivo, influenciando diretamente a vida e a morte de figuras institucionalizadas ou não. Integrando esses conceitos, este artigo busca oferecer uma visão abrangente das novas formas de poder na sociedade contemporânea e seus impactos sobre a vida e a saúde das populações.

ESTADO DE EXCEÇÃO E A *ARQUITETURA DISCURSOPATOLÓGICA DO PODER*

Para compreender a *Arquitetura Discursopatológica do Poder*, é essencial explorar o conceito de estado de exceção e sua relevância no contexto jurídico-político contemporâneo. O estado de exceção está intrinsecamente ligado à soberania estatal, sendo uma consequência direta da decisão política vigente. Carl Schmitt, em sua obra *Teologia política: quatro capítulos sobre a soberania* (1922), oferece a análise mais aprofundada desse conceito, relacionando o Estado de Exceção a uma decisão política do Soberano. Nesse sentido, consoante defende Schmitt (1922), a capacidade de decretar a exceção à norma jurídica é o que caracteriza o soberano afirmando que o “soberano é aquele que decide sobre o estado de exceção” (Schmitt, 1996, p. 87). Schmitt (1922) argumenta que a capacidade de decretar a exceção à norma jurídica caracteriza o soberano, destacando a permissividade de um poder total racionalmente justificado. Por congruência absoluta, ele compara o estado de exceção ao milagre na teologia, no qual ambos suspendem a normalidade para instaurar uma nova ordem. Segundo Schmitt, “para a jurisprudência, o estado de exceção possui um significado análogo ao do milagre para a teologia” (Schmitt, 1996, p. 109).

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

Acrescentando-se a esse ponto, em progresso contínuo e lógico, o estado de exceção opera na intersecção entre o direito e a política, sendo descrito como um “ponto de desequilíbrio entre direito público e fato político” (*Apud* Agamben, 2004, p. 11). Este mecanismo suspende a norma jurídica sem invalidá-la, utilizando a força da lei para estabelecer uma nova ordem em situações emergenciais. À luz do encadeamento irrefutável, o excepcional surge como uma situação crítica imprevisível que desestabiliza o sistema jurídico-político vigente (Almeida Filho, 2007, p. 244). Giorgio Agamben (2007) argumenta que o Estado de Exceção provoca mudanças significativas na relação entre vida natural e vida política. A decisão soberana inclui a vida biológica na política, conferindo ao Estado o poder de “fazer morrer e deixar viver” (Foucault, 1999, p. 286). Nesse contexto, todos os cidadãos podem ser vistos como *Homo Sacer*, sujeitos à decisão soberana sobre sua vida e morte. Desta forma, o Estado de Exceção iguala-se ao milagre na medida em que ambos promovem a suspensão da normalidade e decretam uma exceção à regra geral. O Estado de Exceção no âmbito do direito e o milagre no âmbito da natureza (Santos, 2010).

Sob o mesmo prisma, o estado de exceção é caracterizado pela suspensão da norma jurídica, motivada por uma decisão soberana, que não invalida a lei, mas retira sua eficácia enquanto se apropria da força normativa – um dos componentes essenciais da norma jurídica. Nesse *modus operandi*, esse processo permite ao soberano instaurar uma nova ordem dentro do Estado, com o objetivo de criar um novo arcabouço jurídico ou resolver uma situação emergencial. Conforme Almeida Filho (2007, p. 244), “o excepcional aparece como situação crítica imprevisível marcada pela relativa desestabilização do sistema jurídico-político em vigor.”

Acrescenta-se que, em consonância com os postulados de Agamben (2007), o Estado de Exceção promove mudanças significativas no binômio vida natural/vida política, atribuindo à decisão soberana um poder tão intenso que a política se expande a ponto de incorporar a vida biológica dos cidadãos. Nesse sentido, o estado de exceção transcende seu significado meramente político, adquirindo um conteúdo eminentemente biopolítico, conforme os moldes foucaultianos.

Ademais, observa-se na atualidade a compreensão de que qualquer problema enfrentado por um governo, e não pelo Estado como um todo, pode ser suficiente para



criar uma situação que justifique a exceção e a invocação da cláusula de plenos poderes. Esse fenômeno corrobora a percepção de Walter Benjamin, que já em 1940 alertava para a transformação do Estado de Exceção em uma norma, um paradigma de governo. Essa denúncia é claramente perceptível em sua *Oitava tese sobre o conceito de história*:

A tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, perceberemos que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção; com isso, nossa posição ficará mais forte na luta contra o fascismo. Este se beneficia da circunstância de que seus adversários o enfrentam em nome do progresso, considerado como uma norma histórica. O assombro com o fato de que os episódios que vivemos no séculos XX ‘ainda’ sejam possíveis, não é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável (Benjamin, 1987, p. 222-232).

Em continuidade ao que foi dito por Benjamin, verifica-se que a transformação da exceção em técnica de governo sinaliza a decadência do sistema parlamentar. Por conseguinte, a crescente prevalência do poder executivo, o parlamento perde seu caráter de órgão de discussão e debate, limitando-se a ratificar os atos do poder executivo para conferir-lhes uma aparente legalidade e legitimidade. Santos (2010) observa que esse fenômeno evidencia a erosão dos princípios fundamentais da democracia parlamentar, resultando em um desequilíbrio de poder. Dessa maneira, fica evidente que:

O princípio da divisão dos poderes hoje está caduco e que o poder executivo absorve de fato, ao menos em parte, o poder legislativo. O parlamento não é mais o órgão soberano a quem compete o poder exclusivo de obrigar os cidadãos pela lei: ele se limita a ratificar os decretos emanados do poder executivo. Em sentido técnico, a República não é mais parlamentar e, sim, governamental. E é significativo que semelhante transformação da ordem constitucional, que hoje ocorre em graus diversos em todas as democracias ocidentais, apesar de bem conhecidas pelos juristas e pelos políticos, permaneça totalmente despercebida por parte dos cidadãos. Exatamente no momento em que gostaria de dar lições de democracia e cultura e a tradições diferentes, a cultura política do ocidente não se dá conta de haver perdido por inteiro os princípios que a fundam (Agamben, 2004, p. 32-33).

Retomando as reflexões de Agamben, pode-se concluir que a banalização e instrumentalização do estado de exceção como técnica de governo, em vez de servir para resolver crises estatais agudas, têm o propósito de desvirtuar os princípios fundamentais

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

da civilização ocidental. Isso revela que a política ocidental frequentemente opera sob um manto de aparente legalidade e legitimidade, mascarando a utilização de meios extremos para manter o controle e a ordem. Esse disfarce oculta a utilização indiscriminada de meios extremos para a prática política, conforme destaca Santos (2010).

Movimentando-se para a *Arquitetura Discursopatológica do Poder*, esse novo dispositivo de poder se conecta com o estado de exceção ao utilizar a suspensão da normalidade e a decretação de uma nova ordem através do discurso. É importante considerar que, na elaboração desses discursos e na manipulação das narrativas, implica-se a existência de a) um manipulador e b) um manipulado. Nessa “arquitetura”, a figura do arquiteto do poder é essencial, pois não se trata de uma ação espontânea ou acidental, mas sim de um processo deliberado, conduzido por aqueles que detêm os meios para construir e moldar essas narrativas. Esse processo revela uma estrutura de poder que vai além da mera interação entre manipulador e manipulado, apontando para uma superestrutura ideológica que opera sobre as relações sociais e políticas.

Essa superestrutura, como o centro organizador da manipulação discursiva, rege as dinâmicas de controle e repressão, engendrando estados de exceção que justificam a implementação de medidas autoritárias. Em crises econômicas, por exemplo, discursos manipuladores podem exacerbar problemas financeiros, criando pânico nos mercados e justificando intervenções governamentais drásticas que beneficiam interesses específicos enquanto prejudicam a população geral. Da mesma forma, em crises de segurança, a manipulação discursiva pode inflar ameaças, promovendo políticas de vigilância e controle que restringem liberdades civis sob o pretexto de proteção contra inimigos internos ou externos.

Em *summa rei*, é claro que há um ou mais arquitetos por trás dessa complexa teia arquitetônica de poder. Esses agentes, atuando dentro da superestrutura, utilizam-se de ferramentas discursivas para moldar a percepção pública, consolidando assim seu controle social e político. Explorando esses conceitos, torna-se evidente que a manipulação não é apenas um efeito das circunstâncias, mas parte de um projeto estruturado, conduzido por aqueles que detêm o poder discursivo e o direcionam conforme seus interesses estratégicos.



Na esteira dos eventos, os exemplos históricos mostram como essa forma de autoridade, aqui teorizada, utiliza o conceito de estado de exceção para minar a confiança em figuras políticas e criar crises contínuas. Diante disso, Franklin D. Roosevelt (1933-1945), por exemplo, sofreu de poliomielite e enfrentou constantes ataques sobre sua condição de saúde. Os adversários usaram sua saúde para minar sua liderança, apesar de seu papel crucial na Grande Depressão e na Segunda Guerra Mundial. Essa nova especulação de poder defendida no presente estudo, neste caso, utilizou o discurso para criar um estado de exceção pessoal, questionando sua capacidade de governar em momentos críticos. Schmitt (1996) explica que o estado de exceção permite ao soberano tomar decisões radicais para restaurar a ordem. No caso de Roosevelt, os ataques discursivos criaram uma percepção de fragilidade, permitindo que adversários políticos justificassem intervenções extremas para questionar sua liderança.

De forma semelhante, Winston Churchill (1940-1945, 1951-1955) enfrentou ataques sobre sua saúde e idade avançada durante e após a Segunda Guerra Mundial. Os discursos focavam em sua capacidade de liderar, especialmente durante crises. A manipulação discursiva buscava desestabilizar sua liderança, criando um estado de exceção contínuo que minava a confiança pública em sua capacidade de governar. Agamben (2007) destaca que o estado de exceção transforma a política em uma ferramenta para controlar a vida dos cidadãos. Os ataques a Churchill exemplificam como o discurso pode ser utilizado para criar um ambiente de incerteza e desconfiança, justificando medidas extremas para garantir a estabilidade política.

Sob moldes analógicos, outro exemplo, aqui já elencado, é o de Getúlio Vargas (1930-1945, 1951-1954) que enfrentou críticas intensas e uma campanha implacável que levou ao seu suicídio em 1954. As críticas desestabilizaram seu governo e minaram sua autoridade. A nova teoria de poder emergente, que propomos defender aqui, mostrou como a manipulação discursiva pode levar à desestabilização emocional e política, resultando em consequências trágicas e criando um estado de exceção pessoal. A relação entre o estado de exceção e a *Arquitetura Discursopatológica do Poder* é evidente no caso de Vargas. Schmitt (1996) argumenta que a capacidade de decidir sobre o estado de exceção é uma ferramenta poderosa nas mãos do soberano. No caso de Vargas, a



manipulação discursiva criou um ambiente de constante exceção, culminando em sua tragédia pessoal.

Do mesmo modo, John F. Kennedy (1961-1963) enfrentou especulações e ataques sobre sua saúde devido à doença de Addison e problemas na coluna. Embora popular, sua saúde foi usada para questionar sua capacidade de governar. Dessa maneira, os discursos desinformativos visavam minar a confiança pública em sua liderança durante um período de tensão global, criando um estado de exceção em torno de sua capacidade de tomar decisões cruciais. Por conseguinte, a nova perspectiva de poder que elencamos, se manifesta claramente no caso de Kennedy, no qual a disseminação de informações sobre sua saúde criou um estado de exceção que justificava a intervenção de outros poderes para questionar e minar sua liderança.

Em harmoniosa correspondência, Richard Nixon (1969-1974), durante o escândalo de Watergate, enfrentou uma campanha de ataques e desinformação. Os discursos sobre o referido escândalo minaram sua presidência, levando à sua renúncia. Dessa maneira, essa nova forma de soberania utilizou a manipulação discursiva para amplificar a crise, destacando o poder do discurso na construção de realidades políticas adversas e criando um estado de exceção que justificou medidas extremas. O caso de Nixon ilustra como o estado de exceção pode ser utilizado para justificar a remoção de um líder político. Agamben (2007) argumenta que a exceção permite a suspensão das normas jurídicas para restaurar a ordem, o que no caso de Nixon, foi facilitado pela manipulação discursiva que amplificou a crise de Watergate.

A Arquitetura Discursopatológica do Poder não apenas opera dentro dos limites do estado de exceção, mas também o transcende ao estender seu alcance para além das emergências políticas e sanitárias. Essa nova noção de poder pode se manifestar através da criação de crises fabricadas ou exacerbadas para justificar medidas extremas e controle reforçado. Discursos manipuladores podem exacerbar crises econômicas, criando pânico nos mercados financeiros e justificando intervenções governamentais drásticas que beneficiam interesses específicos enquanto prejudicam a população geral.

Em decorrência inexorável, o novo conceito de poder aqui destacado, cria um estado de exceção contínuo, utilizando o discurso para manipular a percepção pública e justificar ações extremas. Por outro lado, a manipulação discursiva pode inflar ameaças à

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

segurança, promovendo políticas de vigilância e controle que restringem liberdades civis sob o pretexto de “proteção” contra inimigos internos ou externos.

Além disso, a *Arquitetura Discursopatológica do Poder* usa o discurso para criar também um estado de exceção permanente, justificando medidas autoritárias. Outrossim, a desinformação sobre questões ambientais pode ser usada para justificar intervenções em territórios indígenas ou áreas protegidas, promovendo interesses econômicos à custa da sustentabilidade ambiental e dos direitos das populações locais. Ainda mais, essa nova abstração de poder aqui aludida, utiliza o discurso para criar um estado de exceção que permite a exploração indiscriminada dos recursos naturais.

O MÉTODO ARQUEOGENEALÓGICO

Na construção do método deste artigo, fundamentado no processo arqueogenealógico de Michel Foucault, é essencial compreender que o sujeito é, fundamentalmente, uma produção das práticas discursivas e das relações de saber-poder que o atravessam e o delimitam (Veiga-Neto, 2016). A arqueogenealogia, enquanto junção dos três momentos foucaultianos, evidencia que o campo da verdade ou da subjetividade do sujeito inicia, perpassa e encerra todas as fases de seu desenvolvimento. Este domínio, também conhecido como domínio ético-político, considera os aspectos discursivos e não discursivos que juntos corroboram para a problematização e construção da subjetividade do sujeito através da investigação das fases envolvidas na evidência de certas verdades.

Ao dar voz aos sujeitos produzidos pelos regimes de verdades, Foucault (2023) nos leva a refletir sobre como determinadas situações se solidificaram como tais. Sua intenção não é desconstruir, mas modificar o olhar sobre os acontecimentos, sem apontar uma contribuição teórica como verdadeira ou falsa, pois o sujeito é livre para conceber, criticar, reinventar e/ou reconstruir visões conforme os interesses em pauta. Este caminho teórico-metodológico baseia-se em duas atitudes principais: a crítica e a genealogia (Foucault, 2023, Veiga-Neto, 2016, Marshall, 2018). Nesse sentido, em relação a inspiração arqueogenealógica, Neves e Gregolin (2021, p.11) apresentam a seguinte contribuição:

Esse caminho teórico-metodológico baseia-se em duas atitudes: a crítica e a genealogia. A crítica [...] liga-se aos sistemas de recobrimento dos discursos,

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

seus princípios de reordenamento, de exclusão e de rarefação. Trata-se, portanto, de investigar os procedimentos (discursivos e não discursivos) que controlam o que se pode e se deve dizer em um certo momento histórico. O segundo movimento – genealógico – propõe esquadrihar a formação efetiva dos discursos - que é, ao mesmo tempo, dispersa, descontínua e regular – em suas relações com os saberes e os poderes.

A crítica, segundo as citações das autoras supramencionadas, está ligada aos sistemas de recobrimento dos discursos, seus princípios de reordenamento, de exclusão e de rarefação. Isso envolve investigar os procedimentos discursivos e não discursivos que controlam o que pode e deve ser dito em um certo momento histórico. O movimento genealógico, por sua vez, propõe esquadrihar a formação efetiva dos discursos em suas relações com os saberes e os poderes. A crítica foucaultiana é compreendida como uma “crítica da crítica” ou “hipercrítica”, sendo mais questionadora do que explicativa, cética e incômoda, validando a necessidade de problematização (Veiga-Neto, 2016, p.24).

Para adentrarmos na especificidade do olhar arqueogenealógico, é necessário considerar, além dos discursos, os dispositivos que emergem das relações de poder e como estes agem sobre os sujeitos. Neste contexto, retornamos ao dispositivo disciplinar que exerce poder sobre os corpos e que se transformou ao longo da história, sem perder o foco na produção da sujeição, conforme apontado por Foucault:

[...] Eram todos aqueles procedimentos pelos quais se assegurava e distribuição espacial dos corpos individuais (sua separação, seu alinhamento, sua colocação em série e em vigilância) e a organização, em torno desses corpos individuais, de todo um campo de visibilidade. Eram também as técnicas pelas quais se incumbiam desses corpos, tentavam aumentar-lhes a força útil através do exercício, do treinamento etc. Eram igualmente técnicas de racionalização e de economia estrita de um poder que devia se exercer, da maneira menos onerosa possível, mediante todo um sistema de vigilância, de hierarquias, de inspeções, de escriturações, de relatórios: toda essa tecnologia [...] (Foucault, 1999, p.288).

Voltando à perspectiva de Foucault (1999), compreende-se que o poder disciplinar envolve procedimentos que asseguram a distribuição espacial dos corpos, sua separação, alinhamento, colocação em série e vigilância, bem como técnicas de aumento da força útil dos corpos através do exercício e do treinamento. Conforme exposto, em decorrência das sucessivas mudanças nos movimentos sociais, uma nova tecnologia de poder toma

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

forma:

Ora, durante a segunda metade do século XVIII, eu creio que se vê aparecer algo de novo, que é uma outra tecnologia de poder, não disciplinar dessa feita. Uma tecnologia de poder que não exclui a primeira, que não exclui a técnica disciplinar, mas que a embute, que a integra, que a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela, e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar previa. Essa nova técnica não suprime a técnica disciplinar simplesmente porque e de outro nível, está noutra escala, ter outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes (Foucault, 1999, p. 289).

Reafirmando o posicionamento de Foucault (1999), é visível que durante a segunda metade do século XVIII, uma nova tecnologia de poder surge, não excluindo a técnica disciplinar, mas a integrando e modificando parcialmente. Esta nova técnica de poder, que Foucault chama de biopoder, aplica-se à vida dos homens, dirigindo-se ao homem como ser vivo, ao homem enquanto espécie.

Sob a mesma perspectiva, pode-se igualmente inferir que entender como a *Arquitetura Discursopatológica do Poder* atua, é necessário adentrar na especificidade do olhar arqueogenealógico, considerando os discursos e os dispositivos que surgem das relações de poder. De mesmo modo, Foucault exemplifica a questão do sujeito e da influência do poder ao referir-se ao desejo pessoal em contraposição ao discurso institucional, problematizando com a seguinte questão: “Mas, o que há enfim de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde afinal está o perigo?” (Foucault, 2007, p. 8).

**Quadro 1** – Categorias de análise do poder e seus impactos na saúde pública, política e sociedade: uma abordagem multidimensional.

Categoria de Análise	Descrição	Exemplos / Aplicações	Impactos na Saúde Pública	Impactos Políticos	Estratégias de Manipulação Discursiva	Contexto Histórico	Metodologia de Análise	Impactos Sociais	Autores / Referências
Biopolítica	Gestão da vida e processos biológicos das populações, focando na saúde coletiva.	Políticas de saúde pública, campanhas de vacinação, gestão de pandemias.	Melhora da saúde coletiva, redução de doenças infecciosas.	Fortalecimento do controle estatal sobre a população.	Uso de dados científicos para justificar intervenções de saúde.	Final do século XVIII, surgimento com o desenvolvimento da medicina social.	Análise de políticas de saúde, campanhas de vacinação, medidas de higiene pública.	Aumento da expectativa de vida, melhoramento das condições sanitárias.	Foucault (1999)
Necropolítica	Poder soberano de decidir sobre a vida e a morte, utilizando a morte como controle.	Políticas de guerra, exclusão social, violência de estado.	Aumento da mortalidade, trauma psicológico.	Legitimação da violência de estado, controle sobre populações marginalizadas.	Desumanização de grupos específicos para justificar a violência.	Contextos de guerra, colonização e conflitos sociais.	Estudo de políticas de extermínio, genocídios, violência institucional.	Marginalização de grupos sociais, perpetuação da violência.	Mbembe (2018)
Estado de Exceção	Suspensão da norma jurídica em situações emergenciais para criar nova ordem.	Crises políticas, sanitárias e econômicas; medidas de controle extremo.	Restrição de liberdades civis, implementação de medidas extremas de saúde.	Centralização do poder, erosão da democracia.	Declaração de emergência para justificar ações autoritárias.	Períodos de crise política e econômica, ditaduras.	Análise de decretos de emergência, medidas autoritárias, suspensão de direitos.	Restrição de liberdades individuais, aumento do controle estatal.	Schmitt (1922), Agamben (2004)
<i>Arquitetura Discursopatológica do Poder</i>	Combina biopoder, necropoder e estado de exceção; manipula percepções e realidades via discurso.	Manipulação midiática, desinformação sobre saúde de líderes políticos, crises fabricadas.	Desinformação, aumento da morbidade e mortalidade por falta de informações corretas.	Desestabilização de governos, manipulação da opinião pública.	Criação de narrativas falsas, amplificação de incertezas e medos.	Era contemporânea, auge com o desenvolvimento das mídias sociais.	Análise de discursos midiáticos, estudo de campanhas de desinformação.	Polarização social, aumento da desconfiança nas instituições.	Veiga-Neto (2016), Foucault (1996), Macêdo Júnior (2024)

Fonte: criado pelos autores, adaptado de Foucault (1999), Mbembe (2018), Schmitt (1922), Agamben (2004), Veiga-Neto (2016), Foucault (1996), Macêdo Júnior (2024).

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

Conforme ilustrado no quadro 1, logo acima, o método arqueogenealógico, aplicado à análise da *Arquitetura Discursopatológica do Poder*, desdobra-se em um processo minucioso de investigação das práticas discursivas e não discursivas que moldam as categorias de análise descritas. Este método integra a crítica e a genealogia, conforme delineado por Foucault, permitindo esquadriñar a formação e transformação dos discursos em suas relações com saberes e poderes. Na biopolítica, a análise foca nas políticas de saúde pública e suas justificativas científicas, enquanto a necropolítica examina a instrumentalização da morte em contextos de exclusão e violência de estado. O Estado de Exceção é abordado através da suspensão jurídica em crises, revelando a centralidade do poder. Finalmente, essa nova possibilidade de poder, defendida neste artigo, é investigada pela manipulação midiática e de desinformação, destacando suas estratégias de controle social e cognitivo. Este método arqueogenealógico revela como os discursos não apenas refletem, mas também constituem realidades sociais, políticas e de saúde pública, permeando desde a gestão biopolítica da vida até a manipulação discursiva contemporânea.

À guisa de exegese causal, revelando as raízes intrínsecas do fenômeno, a aplicação detalhada do método arqueogenealógico ao estudo da *Arquitetura Discursopatológica do Poder* envolve a análise das práticas discursivas e não discursivas que produzem e sustentam esta forma de poder. Isso inclui a investigação de como os discursos negacionistas e desinformativos são formados, disseminados e internalizados pelas populações, bem como a análise dos dispositivos de poder que operam nesses processos. Para a análise dos *corpus* selecionados, começamos pela descrição dos enunciados, identificando o que foi dito e as condições históricas que permitem sua emergência. No caso dos discursos sobre a saúde de Joe Biden, analisamos as declarações públicas, notícias e postagens em redes sociais que questionam sua capacidade mental. Em seguida, investigamos as formações discursivas, identificando as plataformas onde esses discursos se formam e se transformam, como mídias sociais, conferências de imprensa e debates políticos.

Explanando sob premissas lógicas, a análise das modalidades enunciativas envolve a identificação do estatuto dos sujeitos que emitem os discursos, como políticos, jornalistas e comentaristas, bem como os locais institucionais de onde se pronunciam.

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

Examinamos também as posições que esses sujeitos ocupam em relação aos diversos domínios de objetos, variando de opositores políticos a analistas independentes. A formação dos conceitos dentro dos discursos é analisada através das formas de sucessão e das técnicas de reescritura, examinando como as narrativas sobre a capacidade de Biden evoluem e são reiteradas em diferentes contextos. Finalmente, a análise das estratégias discursivas envolve a identificação dos pontos de incompatibilidade, equivalência e junção dentro dos discursos, bem como a economia da constelação discursiva e as relações de delimitação recíproca. Este método permite uma compreensão das condições históricas e das relações de poder que sustentam a *Arquitetura Discursopatológica do Poder*. Como Foucault nos lembra,

[...] a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (Foucault, 1996, p. 8).

Através da aplicação detalhada do método arqueogenealógico, podemos revelar como os estratagemas hipotéticos desse novo poder manipula percepções, comportamentos e decisões, influenciando profundamente a sociedade contemporânea e moldando questões de vida e morte.

A ARQUITETURA DISCURSOPATOLÓGICA DO PODER

A análise do *corpus* selecionado fornece uma base sólida para compreender como essa nova proposição de Poder se manifesta na prática. A seguir, exploramos como essa nova forma de poder se exerce através dos discursos e ações observadas nos casos apresentados, destacando os mecanismos de manipulação discursiva e suas consequências.

Corpus 1: “Por que republicanos estão pedindo renúncia de Biden à Presidência”.

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.**Fonte:** McCausland; Debusmann (2024).

À luz do exemplo paradigmático, o primeiro *corpus*, notícia redigida pelos autores Phil McCausland e Bernd Debusmann, veiculada pelo jornal *BBC News Brasil*, intitulada *Por que republicanos estão pedindo renúncia de Biden à Presidência*, detalha os pedidos de renúncia de Joe Biden após sua retirada da corrida presidencial de 2024. Os republicanos, ao afirmarem que Biden não estava em condições cognitivas para ser presidente, utilizam uma estratégia clássica dessa abstração de poder: a criação de uma narrativa que questiona a capacidade mental do líder político. A fala do presidente da Câmara, Mike Johnson, é um exemplo claro de como o discurso pode ser utilizado para criar um estado de exceção pessoal, no qual a autoridade e legitimidade do presidente são minadas.

Para maior ilustração do exposto, a *Arquitetura Discursopatológica do Poder*, ao focar na saúde mental e na capacidade cognitiva de Biden, manipula a percepção pública para gerar um ambiente de dúvida e incerteza. Isso vai além dos conceitos de biopolítica e necropolítica de Foucault (1999) e Mbembe (2018), respectivamente, que lidam principalmente com o controle e a gestão da vida e da morte. Aqui, o discurso não apenas controla a vida, mas também molda a realidade percebida das capacidades de um indivíduo, criando uma pressão insustentável para sua retirada.

Como corolário ilustrativo, essa perspectiva de manipulação discursiva encontra ressonância na *tese* de Macêdo Júnior (2024), que defende a ideia metafórica de que o discurso negacionista de um chefe de estado age de forma análoga a uma doença infectocontagiosa. Segundo essa visão, tal discurso deve ser encarado como um grave problema de saúde pública (Macêdo Júnior, 2023), conforme destaca na citação abaixo:



[...] com base nos efeitos introdutórios, metodológicos, resultados e discussão, afirmamos nossa *tese*, todo ser humano pode ser infectado por algum tipo de discurso; todo ser humano pode vir a ser infectado por qualquer tipo de discurso, em algum momento, todo ser humano pode ser portador de algum discurso latente ou crônico. Nesse sentido, todo ser humano que, no ato de suas práticas sociais de interação, pode ser acometido por algum discurso negacionista ou de ódio (Macêdo Júnior, 2024, p. 247).

De acordo com o que foi anteriormente destacado por Macêdo Júnior (2024), entende-se que todo ser humano pode ser infectado por algum tipo de discurso, tornando-se um portador de manifestações discursivas crônicas e até mesmo latentes. Essa infecção discursiva pode gerar consequências significativas na saúde mental e social da população, como apontados por Macêdo Júnior (2024, p. 249): “dos sinais e sintomas que uma pessoa com a infecção discursiva pode apresentar são: o estresse emocional, alienação social, insanidade temporal, desespero, perda da consciência.”

Portanto, é fundamental abordar essa questão de forma interdisciplinar, considerando tanto aspectos políticos quanto de saúde pública, para promover informações precisas e mitigar os impactos nocivos da desinformação. Dessa forma, a análise de Macedo Júnior (2024) complementa a nosso estudo ao sublinhar a necessidade de uma abordagem abrangente para entender e combater os efeitos perniciosos da *Arquitetura Discursopatológica do Poder*.

Transitando para o segundo *corpus* que compõe o presente estudo, a matéria foi redigida pela jornalista Paula Felix, intitulada Após pressão, Joe Biden desiste de candidatura à reeleição nos EUA. Por conseguinte, a matéria detalha a desistência de Joe Biden da candidatura à reeleição, citando as críticas sobre seu desempenho e atos falhos em discursos. A pressão contínua e as críticas constantes são ferramentas utilizadas por esse novo raciocínio de poder para desgastar a imagem do líder político e forçá-lo a tomar decisões drásticas. A carta de Biden na plataforma X, onde ele destaca os progressos de seu governo e expressa apoio à vice-presidente Kamala Harris, demonstra uma tentativa de mitigar os danos causados pela manipulação discursiva.

Corpus 2: “Após pressão, Joe Biden desiste de candidatura à reeleição nos EUA”.

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.**Fonte:** Felix (2024).

De forma exemplificativa em grau absoluto, o segundo *corpus* detalha a desistência de Joe Biden da candidatura à reeleição, citando as críticas sobre seu desempenho e atos falhos em discursos. A pressão contínua e as críticas constantes são ferramentas utilizadas pela *Arquitetura Discursopatológica do Poder* para desgastar a imagem do líder político e forçá-lo a tomar decisões drásticas. A carta de Biden na plataforma X, onde ele destaca os progressos de seu governo e expressa apoio à vice-presidente Kamala Harris, demonstra uma tentativa de mitigar os danos causados pela manipulação discursiva.

À guisa de epítome elucidativo, para melhor demonstrar o ponto em questão, este caso ilustra como os fundamentos desse poder suplanta o estado de exceção ao não depender de crises políticas ou sanitárias para exercer seu controle. Em vez disso, cria uma percepção contínua de incompetência e falibilidade, manipulando a narrativa pública para forçar um líder a desistir de sua posição. Este novo poder não precisa da formalidade de um estado de exceção; ele opera através da constante manipulação discursiva para atingir seus objetivos. A análise dos *corpus* revela como os princípios desse poder utiliza os princípios de manipulação discursiva para exercer controle social e cognitivo.

Para clareza ampliada, pensando nesses efeitos sociais e cognitivos, Macêdo Júnior (2024) destaca a sintomatologia psicopatológica do discurso, o que corrobora com a maneira como as regras desse poder age nas mentes humanas e como forma de poder dominante. Dessa maneira, ao observar as variáveis epidemiológicas e a analogia entre o

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

discurso negacionista e uma doença infectocontagiosa, Macêdo Júnior (2024) argumenta que o discurso de um líder político desempenha um papel semelhante ao de um agente etiológico. Sua capacidade de semear dúvidas, desconfiança e hostilidade em relação às medidas de saúde pública e à ciência estabelecida é equivalente à patogênese de uma infecção, afetando não apenas a percepção coletiva, mas também a resposta à emergência sanitária. Outrossim, os sinais e sintomas da infecção discursiva incluem estresse emocional, alienação social, insanidade temporal e desespero, evidenciando os efeitos adversos na saúde mental e social da população. Sua incidência pode ser observada pela disseminação de ideias negacionistas, enquanto sua prevalência é medida pelo número de indivíduos afetados e pela extensão de sua influência na sociedade (Macêdo Júnior, 2024).

Em complemento, é crucial afirmar que a conexão entre a *Arquitetura Discursopatológica do Poder* e a análise de Macêdo Júnior (2024) sublinha a necessidade de uma abordagem interdisciplinar, considerando tanto aspectos linguísticos, políticos e de saúde pública. Assim, promover informações precisas e mitigar os impactos nocivos da desinformação são passos essenciais para combater os efeitos adversos dessa nova forma de poder, que atua de maneira semelhante a uma epidemia, espalhando desinformação e comprometendo a saúde mental e social da população.

Ainda assim, destacamos que este novo sistema de poder utiliza discursos manipuladores e desinformativos para criar realidades que favorecem determinados interesses econômicos e políticos, moldando comportamentos e percepções de maneira a influenciar diretamente questões de vida e morte.

Essa presunção de poder não apenas cria estados de exceção contínuos, mas também redefine o biopoder e o necropoder ao incorporar a manipulação discursiva como uma ferramenta central. Enquanto a biopolítica de Foucault (1999) se concentra no controle da vida e a necropolítica de Mbembe (2018) se foca no poder sobre a morte, essa nova reflexão de poder, aqui estabelecida, expande esses conceitos ao manipular a realidade percebida das capacidades e intenções dos indivíduos. Este novo poder utiliza o discurso para influenciar não apenas a vida e a morte, mas também a percepção pública da competência e legitimidade.

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

Cumprir notar que, em sintonia com o discorrido, que os exemplos históricos e contemporâneos mostram como essa especulação de poder utiliza a manipulação discursiva para criar realidades que favorecem determinados interesses políticos e econômicos e assim exercer seu poder. Bill Clinton, por exemplo, enfrentou o escândalo Lewinsky e subsequentes processos de *impeachment*. A campanha midiática e os discursos públicos afetaram sua presidência e imagem pública. A *Arquitetura Discursopatológica do Poder* utilizou a manipulação discursiva para amplificar o escândalo, criando uma percepção pública de crise contínua que justificou medidas extremas como o processo de *impeachment*. Isso demonstra como este novo poder pode suplantar o Estado de Exceção ao não depender de crises políticas formais, mas ao criar um estado de exceção discursivo que mina a autoridade do líder político.

No mesmo sentido, é válido acrescentar, que Hugo Chávez enfrentou constantes ataques sobre sua saúde, especialmente após o diagnóstico de câncer. As especulações e campanhas minaram sua autoridade e capacidade de governar. Dessa forma, a manipulação discursiva sobre a saúde de Chávez exemplifica como esse novo controle utiliza a desinformação para criar um ambiente de dúvida e incerteza. Este poder não apenas controla a vida e a morte, mas também a percepção pública da capacidade de governar, suplantando a biopolítica e necropolítica ao atuar diretamente sobre a cognição coletiva.

Em paralelo, pode-se afirmar, outrossim, que Dilma Rousseff sofreu um *impeachment* após uma campanha intensa de ataques e desinformação sobre sua administração. Os discursos sobre corrupção e má gestão contribuíram para sua destituição. A *Arquitetura Discursopatológica do Poder* se manifesta claramente no caso de Dilma Rousseff, na qual a campanha de desinformação e ataques constantes criaram uma narrativa de incompetência e corrupção. Esta narrativa manipuladora criou um estado de exceção discursivo que justificou o *impeachment*, destacando como este novo poder pode operar independentemente das crises políticas formais.

Em confluência ascendente, com a lógica dialética progressiva, é necessário considerar, igualmente, que Hillary Clinton, durante a campanha presidencial de 2016, enfrentou ataques sobre sua saúde e e-mails privados. Os discursos e campanhas de desinformação afetaram negativamente sua candidatura. A campanha contra Hillary

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

Clinton exemplifica como essa jurisdição utiliza a desinformação para influenciar percepções públicas e resultados eleitorais. De tal maneira, a manipulação discursiva sobre sua saúde e e-mails privados criou uma narrativa de desconfiança e incompetência, minando sua candidatura e suplantando as dinâmicas tradicionais de biopolítica e necropolítica.

Em correlação inequívoca, estabelecendo nexos claros e precisos entre os elementos, é essencial reconhecer que Angela Merkel enfrentou ataques relacionados à sua saúde e capacidade de liderança, especialmente durante a crise migratória. Os discursos desafiaram sua autoridade e influenciaram a percepção pública sobre suas políticas. A *Arquitetura Discursopatológica do Poder* se manifestou na forma de ataques discursivos que questionaram a saúde e a capacidade de liderança de Ângela Merkel. Durante a crise migratória, esses ataques criaram um estado de exceção discursivo que desafiou sua autoridade e influenciou a opinião pública, demonstrando como este novo poder pode suplantar as formas tradicionais de controle social e político.

Sob a égide de um propósito premente, concluímos que essa abordagem interdisciplinar é indispensável para entender que a autoridade discursopatológica não apenas opera dentro dos limites do estado de exceção, mas também o transcende ao estender seu alcance para além das emergências políticas e sanitárias. Este novo poder vai além do controle da vida e da morte abordado pela biopolítica e necropolítica, ao manipular diretamente a percepção e a cognição pública. Isso é alcançado através da disseminação de narrativas manipuladoras e desinformação, criando realidades alternativas que servem para justificar medidas extremas e controle reforçado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse novo sistema de controle discursivo, que consideramos já presente na sociedade há muito tempo, não advém diretamente da instituição, mas permeia também a própria instituição. Essa forma de poder transgride as categorias de análises propostas por Michel Foucault, na sua obra intitulada *A ordem do Discurso*, incluindo Relações de Poder, Interdição, Separação/Rejeição, Vontades de Verdade e Disciplina. A *Arquitetura Discursopatológica do Poder* não apenas se estabelece como uma força externa, mas se



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

infiltra e opera através das próprias estruturas institucionais. Ademais, em acréscimo às evidências apresentadas, Foucault (1996, p. 8) supões que

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (Foucault, 1996, p. 8-9).

Reiterando a ideia proposta por Foucault, observa-se que esse mecanismo discursivo de poder utiliza esses procedimentos para manipular e controlar a produção do discurso, subvertendo os mecanismos tradicionais de poder e instituindo um novo sistema de controle baseado na manipulação discursiva. Simultaneamente, verifica-se também que a relação de poder é fundamental para a operação desse novo sistema. Foucault (1996) nos lembra que

[...] a instituição responde: (...) estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que a muito tempo se cuida de sua aparição que lhe foi preparado um lugar que o honra, mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém” (Foucault, 1996, p. 7).

Remetendo-nos à argumentação de Foucault (1996), percebe-se que este poder institucional, ao invés de ser uma fonte única de autoridade, é agora um canal através do qual a *Arquitetura Discursopatológica do Poder* exerce seu domínio. Ele se infiltra nas instituições, utiliza suas estruturas e redistribui o poder de maneira a manter o controle e a dominação. Além do mais, a interdição, outro mecanismo discutido por Foucault (1996), é central para a manutenção deste novo poder.

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala” (Foucault, 1996, p. 9).

Ademais, é pertinente ressaltar a importância de que essa ordem discursiva de poder expande esses tabus e rituais, utilizando-os para silenciar vozes dissidentes e



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

promover narrativas que servem a seus interesses. De mais a mais, a separação e a rejeição são também instrumentos deste novo poder. Foucault observa que

[...] Existe em nossa sociedade outro princípio de exclusão: não mais a interdição, mas uma separação e uma rejeição. Penso na posição razão e loucura. Desde a alta Idade média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ser que a sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância (...) pode ocorrer também, em contrapartida, que se lhe atribua, por oposição a todas as outras, estranhos poderes, o de dizer uma verdade escondida, o de pronunciar o futuro, o de enxergar com toda ingenuidade aquilo que a sabedoria dos outros não pode perceber (Foucault, 1996, p. 10-11).

De igual modo, é relevante mencionar que esse instrumento discursivo de poder utiliza essa dinâmica para marginalizar e deslegitimar aqueles que desafiam a narrativa dominante, reforçando a separação entre o discurso aceitável e o inaceitável. E depois, a vontade de verdade, que Foucault (1996, p. 17) descreve como “um suporte institucional que é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um conjunto de práticas (...) uma espécie de pressão e como que um poder de coerção”, é manipulada pela *Arquitetura Discursopatológica do Poder* para criar e sustentar realidades alternativas que beneficiam seus objetivos. Esta vontade de verdade é instrumentalizada para justificar ações e políticas que servem aos interesses daqueles no controle. Finalmente, a disciplina, que se define como

A organização das disciplinas se opõe tanto ao princípio do comentário como ao do autor. [...] Uma disciplina se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos: tudo isto constitui uma espécie de sistema anônimo à disposição de quem quer ou pode servir-se dele, sem que seu sentido ou sua validade estejam ligados a quem sucedeu ser seu inventor. [...] Em uma disciplina (...) o que é suposto no ponto de partida, não é um sentido que precisa ser redescoberto, nem uma identidade que deve ser repetida; é aquilo que é requerido para uma construção de novos enunciados. Para que haja disciplina é preciso, pois, que haja possibilidade de formular, e de formular indefinidamente, proposições novas” (FOUCAULT, 1996, p. 30). A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis (Foucault, 2007, p. 119).

Sob a mesma perspectiva, pode-se igualmente inferir que essa engenharia de poder utiliza essas disciplinas para moldar e controlar o comportamento e o pensamento das populações, assegurando que suas narrativas e discursos sejam internalizados e

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

reproduzidos pela sociedade. Em síntese, a *Arquitetura Discursopatológica do Poder* transgride e expande as categorias de análise de Foucault (1996), operando tanto dentro quanto fora das instituições, utilizando o discurso como uma engrenagem central para controlar, manipular e influenciar a sociedade. Este poder, ao criar e disseminar narrativas que moldam percepções e comportamentos, revela-se uma força onipresente e insidiosa, que redefine as relações de poder e a dinâmica social na contemporaneidade.

Essa forma de poder, que há muito tempo se instaurou em nossa sociedade, é mais perigosa e temível que a própria soberania. Em outras palavras, esta nova forma de poder já domina todo o mundo. De tal forma, ao transcender as limitações e restrições das formas tradicionais de poder, esse maquinismo discursivo de poder se revela uma força insidiosa que se infiltra em todos os aspectos da vida social e política. Diferente da soberania tradicional, que exerce seu controle através de instituições visíveis e formalizadas, este novo poder opera de maneira invisível, utilizando o discurso como sua principal ferramenta de dominação.

Destarte, essa capacidade de se infiltrar em todas as mentes torna a eficácia e efetividade dessa nova máquina discursiva de poder mais plausíveis que as formas tradicionais de controle, como os estados de exceção e de sítio, o necropoder e o biopoder. Enquanto os estados de exceção e de sítio dependem de crises políticas e sanitárias para justificar suas medidas extremas, a *Arquitetura Discursopatológica do Poder* não necessita de tais formalidades. Ela opera através da constante manipulação discursiva, criando realidades alternativas que servem aos interesses daqueles que estão no controle. Esta nova forma de poder exerce uma pressão contínua sobre a percepção pública, moldando comportamentos e decisões de maneira sutil e persistente.

O *modus operandi* desse aparelho discursivo de poder reside em sua capacidade de manipular e controlar a cognição coletiva. Ao se infiltrar nas mentes das pessoas, ela influencia diretamente suas percepções, crenças e ações. Esta forma de poder é mais efetiva do que o necropoder, que se baseia na gestão da morte através da violência direta, e do biopoder, que se concentra na gestão da vida e da saúde das populações. A *Arquitetura Discursopatológica do Poder* utiliza o discurso para controlar tanto a vida quanto a morte, influenciando as decisões que afetam a saúde e o bem-estar das populações.



A presença onipresente desse novo engenho discursivo de poder torna-a uma força dominante e praticamente indomável. Sua capacidade de manipular narrativas e criar estados de exceção discursivos permite que ela mantenha um controle constante e ininterrupto sobre a sociedade. Diferente dos poderes tradicionais, que dependem de eventos específicos para exercer seu controle, este novo poder está sempre ativo, sempre presente, sempre moldando e influenciando a cognição mental humana.

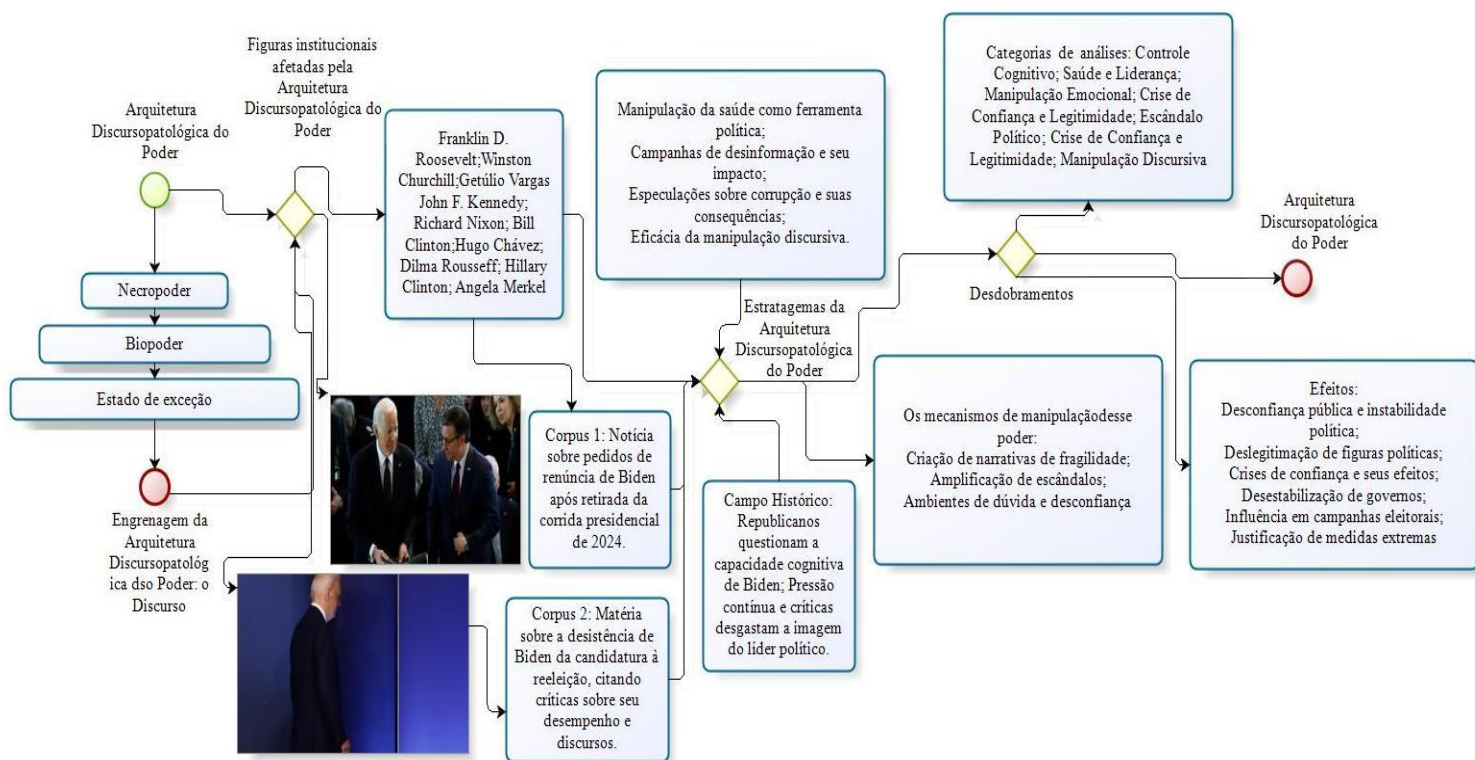
Para o primeiro desfecho, asseveramos que essa sistematização discursiva de poder representa uma evolução das formas tradicionais de controle, combinando elementos do biopoder, necropoder e estados de exceção, mas operando em um nível mais profundo e insidioso. Sua capacidade de se infiltrar nas mentes das pessoas e manipular suas percepções torna-a uma força mais poderosa e temível que a soberania tradicional. Este novo poder não apenas controla a vida e a morte, mas também domina a realidade percebida, criando um ambiente de constante vigilância e manipulação. Ao reconhecer e entender a eficácia e efetividade dessa forma de poder, podemos começar a desenvolver estratégias para mitigar seus impactos e proteger a saúde mental e social das populações.

Sob uma outra ótica/perspectiva teórica, a *Arquitetura Discursopatológica do Poder* ocupa, de maneira analógica, o epicentro da pirâmide de poderes existentes, colocando-se no controle central sobre outras formas de poder já existentes. Esta forma de poder é a mais insidiosa e penetrante, capaz de manipular mentes e realidades através do discurso. Logo abaixo deste epicentro, encontramos o necropoder e o biopoder. O necropoder representa o poder de decidir sobre a vida e a morte, geralmente exercido através de políticas de morte e exclusão. Ele é uma forma de poder que, embora poderosa, opera sob a influência dessa estratégia discursiva de poder. De maneira semelhante, o biopoder também está situado abaixo desse maquinário de controle discursivo. Este poder se concentra no controle da vida, saúde e processos biológicos das populações, mas igualmente opera sob a supremacia do poder discursopatológico.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.



Fonte: criado pelos autores, a partir do software Bizagi Process Modeler Freeware.

Na base da pirâmide, como ilustrado no fluxograma acima, encontra-se o estado de exceção, que representa a suspensão da norma jurídica e a criação de novas ordens em situações emergenciais. O estado de exceção é o fundamento que sustenta toda a estrutura, permitindo que as outras formas de poder se manifestem em momentos de crise e emergência. A centralidade e a supremacia da *Arquitetura Discursopatológica do Poder* são evidenciadas por sua capacidade de manipular percepções, comportamentos e realidades através do discurso, suplantando assim as outras formas de poder. Enquanto o necropoder se concentra no controle da morte e o biopoder na gestão da vida, essa forma de poder através do discurso transcende essas dinâmicas ao influenciar diretamente a cognição pública.

Ancorando-nos nesse pensamento, o estado de exceção sustenta esta estrutura, permitindo que o necropoder e o biopoder operem em situações de crise, mas sempre sob a influência dominante dessa configuração discursiva de poder. Este novo poder vai além

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

do controle tradicional da vida e da morte, abordado pela biopolítica e necropolítica, ao manipular diretamente a percepção pública e criar narrativas que justificam medidas extremas e controle reforçado. Essa nova doutrina discursiva de poder utiliza o discurso para criar estados de exceção contínuos, manipulando a realidade percebida das capacidades e intenções dos indivíduos, e influenciando diretamente questões de vida e morte. Esta descrição detalhada da pirâmide ajuda a visualizar melhor a hierarquia dos poderes existentes com essa filosofia discursiva de poder no epicentro, destacando sua centralidade e supremacia em relação às outras formas de poder, como o necropoder, o biopoder e o estado de exceção.

**Quadro 2** – Análise dos impactos e estratégias de manipulação discursiva em líderes políticos e contextos de crise.

Aspecto	Descrição	Exemplo/Contexto	Mecanismos de Manipulação	Consequências	Categoria de Análise	Impacto na Sociedade
<i>Corpus 1:</i>	Notícia sobre pedidos de renúncia de Biden após retirada da corrida presidencial de 2024.	Republicanos questionam a capacidade cognitiva de Biden.	Criação de narrativa que questiona a capacidade mental do líder político.	Criação de um estado de exceção pessoal, minando a autoridade e legitimidade do presidente.	Controle Cognitivo	Desconfiança pública, instabilidade política
<i>Corpus 2:</i>	Matéria sobre a desistência de Biden da candidatura à reeleição, citando críticas sobre seu desempenho e discursos.	Pressão contínua e críticas desgastam a imagem do líder político.	Manipulação discursiva para forçar Biden a tomar decisões drásticas.	Mitigação dos danos através de declarações públicas, mas com impacto negativo na percepção pública.	Controle Cognitivo	Desconfiança pública, deslegitimação política
Franklin D. Roosevelt	Sofreu ataques sobre sua condição de saúde durante seu mandato.	Adversários usaram sua saúde para minar sua liderança.	Criação de uma percepção de fragilidade, questionando sua capacidade de governar.	Influência na confiança pública e em sua liderança durante a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial.	Saúde e Liderança	Minou a confiança na liderança, afetando decisões durante crises
Winston Churchill	Enfrentou ataques sobre sua saúde e idade avançada durante e após a Segunda Guerra Mundial.	Questionamentos sobre sua capacidade de liderar durante crises.	Discursos desestabilizaram sua liderança, criando um estado de exceção contínuo.	Criação de um ambiente de incerteza e desconfiança, justificando medidas extremas para garantir a estabilidade política.	Saúde e Liderança	Minou a confiança na liderança, afetando decisões durante crises
Getúlio Vargas	Enfrentou críticas intensas e uma campanha implacável que levou ao seu suicídio.	Campanha de desinformação e ataques constantes.	Manipulação discursiva desestabilizou emocional e politicamente.	Criação de um estado de exceção pessoal, resultando em consequências trágicas como seu suicídio.	Manipulação Emocional	Impacto emocional e político severo, levando ao suicídio
John F. Kennedy	Enfrentou especulações e ataques sobre sua saúde devido à doença de Addison.	Saúde usada para questionar sua capacidade de governar.	Discursos minaram a confiança pública em sua liderança.	Influência negativa na percepção pública e em sua capacidade de tomar decisões cruciais.	Saúde e Liderança	Minou a confiança na liderança durante a Guerra Fria



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica.

Richard Nixon	Enfrentou campanha de ataques e desinformação durante o escândalo de Watergate.	Amplificação da crise através de manipulação discursiva.	Criação de um estado de exceção que justificou sua remoção.	Renúncia devido à pressão política e crise de confiança.	Crise de Confiança e Legitimidade	Criação de uma crise de confiança, resultando na renúncia
Bill Clinton	Enfrentou o escândalo Lewinsky e subsequentes processos de <i>impeachment</i> .	Campanha midiática e discursos públicos afetaram sua presidência.	Manipulação discursiva amplificou o escândalo, criando uma percepção pública de crise contínua.	Justificação de medidas extremas como o processo de <i>impeachment</i> .	Escândalo Político	Aumento da desconfiança pública e danos à reputação política
Hugo Chávez	Enfrentou constantes ataques sobre sua saúde após diagnóstico de câncer.	Especulações e campanhas minaram sua autoridade e capacidade de governar.	Manipulação discursiva criou um ambiente de dúvida e incerteza.	Influência negativa na percepção pública e na capacidade de governar.	Saúde e Liderança	Minou a confiança na liderança durante crises de saúde
Dilma Rousseff	Sofreu <i>impeachment</i> após campanha intensa de ataques e desinformação.	Discursos sobre corrupção e má gestão contribuíram para sua destituição.	Manipulação discursiva criou uma narrativa de incompetência e corrupção.	Justificação do <i>impeachment</i> e desestabilização política.	Crise de Confiança e Legitimidade	Desestabilização política e aumento da desconfiança pública
Hillary Clinton	Enfrentou ataques sobre sua saúde e e-mails privados durante a campanha presidencial.	Campanha de desinformação afetou negativamente sua candidatura.	Manipulação discursiva criou uma narrativa de desconfiança e incompetência.	Influência negativa na percepção pública e na eleição.	Crise de Confiança e Legitimidade	Afetou negativamente as chances eleitorais e a percepção pública
Angela Merkel	Enfrentou ataques relacionados à sua saúde e capacidade de liderança durante a crise migratória.	Discursos desafiaram sua autoridade e influenciaram a percepção pública.	Manipulação discursiva criou um estado de exceção discursivo que desafiou sua autoridade.	Influência negativa na opinião pública e na percepção de suas políticas.	Saúde e Liderança	Minou a confiança na liderança durante crises de política migratória
<i>Arquitetura Discursopatológica do Poder</i>	Sistema de controle social e cognitivo que utiliza a manipulação discursiva para influenciar percepções e comportamentos.	Exemplos históricos e contemporâneos demonstram a aplicação dessa nova forma de poder.	Manipulação da narrativa pública para criar estados de exceção discursivos e influenciar decisões políticas e sociais.	Redefine biopoder e necropoder ao incorporar a manipulação discursiva como ferramenta central, influenciando vida, morte e percepção pública.	Manipulação Discursiva	Criação de realidades alternativas que justificam medidas extremas e controle reforçado

Fonte: criado pelos autores.

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

Deslocando-se agora para os efeitos de conclusão do artigo, com base no quadro 2, logo acima, evidencia-se a eficácia e complexidade dessa nova ideologia discursiva de poder ao integrar biopolítica, necropolítica e estados de exceção (Agamben, 2024; 2007; Schmitt, 1996; 2007) para manipular percepções e realidades sociais, políticas e de saúde pública. Essa análise revela que a manipulação discursiva é uma ferramenta central para criar estados de exceção contínuos, minando a confiança pública e desestabilizando figuras políticas. Cumpre notar que, em sintonia com o discorrido, que exemplos históricos e contemporâneos, como os ataques à saúde de líderes políticos e campanhas de desinformação, discutidos aqui neste trabalho, ilustram como este novo poder opera além das crises políticas formais, criando realidades alternativas que justificam medidas extremas e controle reforçado.

Sobre esse ponto, vale lembrar, igualmente, que a *Arquitetura Discursopatológica do Poder* redefine biopoder (Foucault, 1999) e necropoder (2018) ao incorporar a manipulação discursiva como uma ferramenta central, influenciando diretamente questões de vida e morte, bem como a percepção pública de competência e legitimidade. Este sistema de controle social e cognitivo utiliza o discurso para criar narrativas que favorecem determinados interesses econômicos e políticos, moldando comportamentos e percepções de maneira sutil e persistente.

Ao analisar os impactos sociais, políticos e de saúde pública, concluímos que esse aparelho discursopatológico do Poder tem consequências profundas e multifacetadas. A desinformação e a criação de estados de exceção discursivos resultam em desconfiança pública, instabilidade política, polarização social e aumento da morbidade e mortalidade por falta de informações corretas. Este novo poder não apenas manipula a cognição coletiva, mas também redefine as dinâmicas tradicionais de controle social e político, revelando-se uma força onipresente e insidiosa na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, G. **Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

ALMEIDA FILHO, A. **Fundamentos do Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito da história. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRITO, I.; HADDAD, H. “A formulação do conceito de homeostase por Walter Cannon”. **Filosofia e História da Biologia**, v. 12, n. 1, p. 99-113, 2017.

FELIX, P. “Após pressão, Joe Biden desiste de candidatura à reeleição nos EUA”. *In* Veja, 2024. Disponível em: https://veja.abril.com.br/mundo/apos-pressao-joe-biden-desiste-de-candidatura-a-reeleicao-nos-eua/#google_vignette. Acesso em: 26 jul. 2024.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 14 ed. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 1996.

FOUCAULT, M. **Em defesa da Sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976) / Michel Foucault; tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes. 1999.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 34 ed. Petrópolis, Vozes, 2007.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado. Brasil: Sabotagem, 2023.

MACÊDO JÚNIOR, A. M. *et al.* “O DISCURSO NEGACIONISTA NO DESGOVERNO BOLSONARO COMO “INFLUENCIADOR” DA MORTALIDADE PELA COVID-19: UM PARALELO ENTRE A BIOPOLÍTICA E A NECROPOLÍTICA”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 15, n. 45, p. 541-576, 2023.

MACÊDO JÚNIOR, A. M. “O DISCURSO COMO INFECÇÃO: análise do impacto do discurso negacionista de um chefe de estado durante e após a pandemia de covid-19”. **IΦ-Sophia: revista eletrônica de investigações Filosófica, Científica e Tecnológica**, v. 10, n. 27, p. 221-255, 2024.

MARSHALL, J. D. Michel Foucault: Pesquisa educacional como problematização. *In*: PETERS, M. A.; BESLEY, T. **Por que Foucault? Novas diretrizes para a pesquisa educacional**. Artmed Editora, 2008.

MBEMBE, A. **Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: N-1 edições, 2018.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

MCCAUSLAND, P.; DEBUSMANN, B. “Por que republicanos estão pedindo renúncia de Biden à Presidência”. In **BBCNEWSBRASIL**, 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c2j3zd3ngvgo>. Acesso em: 26 jul. 2024.

NEVES, I. S.; GREGOLIN, M. R. “A arqueogenealogia foucaultiana como lente para a análise do governo da língua portuguesa no Brasil: continuidades e disrupções”. **MOARA–Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras ISSN: 0104-0944**, v. 2, n. 57, p. 08-32, 2021.

SANTOS, L. E. M. “O estado de exceção da Constituição de 1988”. **Revista Direito e Liberdade**, v. 11, n. 2, p. 121-136, 2010.

SCHMITT, C. **A Crise da Democracia Parlamentar**. São Paulo: Scritta, 1996.

SCHMITT, C. **La Dictadura**. 2 ed. Madrid: Alianza, 2007.

VEIGA-NETO, A. **Foucault & a educação**. 3 ed. Autêntica Editora. Belo Horizonte, 2016.